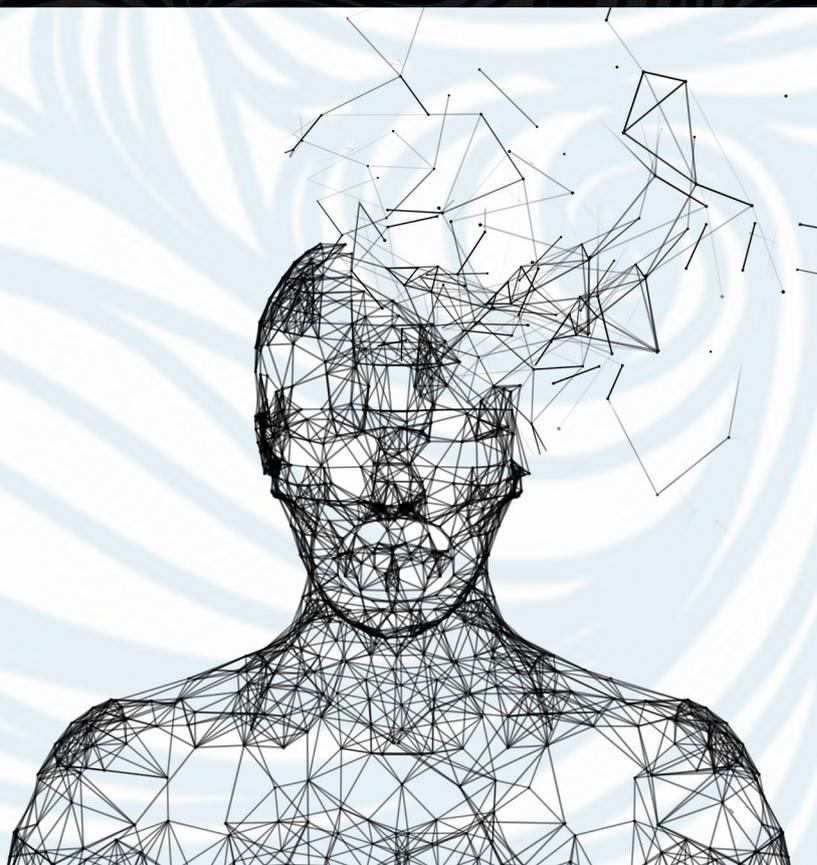


**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

**Filosofia
Política,
Educação,
Direito e
Sociedade**

Atena
Editora
Ano 2019



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade [recurso eletrônico] /
Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta
Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação,
Direito e Sociedade; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-094-0

DOI 10.22533/at.ed.940190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ideia do livro é o de aprofundar os estudos sobre FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade deriva, a princípio, de reconhecer nos direitos humanos, a partir da dignidade da pessoa humana, como afirma Hinkelammert (2014), condição insubstituível para que a sociedade seja vivível e, também, por compreender os saberes como essenciais para uma formação humana capaz de entender, questionar, desvelar e tentar mudar a realidade de injustiças que vivemos.

A EDH tornou-se experiência concreta inicial no Brasil nas décadas de 70 e 80 como instrumento utilizado, a princípio, pela Comissão de Justiça e Paz (CJP) e os movimentos sociais, contra a lógica arbitrária de violação aos direitos humanos vivenciados durante a ditadura militar (1964-1985). Neste período, como indica Genevois (2007), era cogente a implementação de um projeto de formação e vivência dos direitos humanos que pudesse construir consciência e mobilizar a luta em defesa desses direitos acachapados pela ação do militarismo que se implantou no poder. O que motivou o movimento de elaboração da EDH em âmbito popular foi a necessidade de construir junto às vítimas conhecimento sobre os direitos humanos e a maneira de reivindicá-los. Esse livro foi operacionalizado por meio de artigos e seus autores que procuram dar ênfase naqueles que não tinham voz: [...] os pobres, os presos, os excluídos, humilhados e discriminados em geral.

Contudo, a preocupação em torno de constituir uma educação voltada para os Direitos Humanos, considerando a importância do processo educacional na promoção da dignidade humana e garantia dos direitos humanos, tornou-se um movimento de proporções internacionais quando em 1993, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), foi lançada a Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos (1995-2004). Em seguida, no ano de 2005, com vista à necessidade de manter um marco mundial para a EDH posteriormente à Década, foi proclamado pela ONU o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH), o qual apresenta contribuições e orientações para a construção de programas educacionais nacionais que fossem baseados no respeito aos direitos humanos, sendo ele ratificado pelo Estado brasileiro. Inserido nesse movimento de desenvolvimento da EDH, o Estado brasileiro organizou a Política Nacional de EDH, criando em 2003 o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), responsável por elaborar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), concluído em 2006. O PNEDH juntamente com as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (2012) são atualmente os principais documentos que inserem e organizam a EDH nos sistemas educacionais brasileiros. O PNEDH apresenta linhas gerais de ação em cinco eixos de atuação: (1) educação básica; (2) educação superior; (3) educação não-formal; (4) educação dos profissionais do sistema de justiça e segurança e (5) educação e mídia.

Diante desse contexto a ONU consolidou um conceito de EDH a qual espera

que seja parâmetro de conceito nos países membro: A educação em direitos humanos pode ser definida como um conjunto de atividades de educação, de capacitação e de propagação de informação, orientadas para criar uma cultura universal de direitos humanos. Uma educação integral em direitos humanos não somente proporciona conhecimentos sobre os direitos humanos e os mecanismos para protegê-los, mas que, além disso, transmite as competências necessárias para promover, defender e aplicar os direitos humanos na vida cotidiana. A educação em direitos humanos promove as atitudes e o comportamento necessários para que os direitos humanos de todos os membros da sociedade sejam respeitados. (ONU, 2012, p.3).

Neste sentido, a formação de uma cultura de direitos humanos apresenta-se como o principal objetivo da EDH e está bem identificada na produção teórica nacional. Benevides (2000, p. 1) indica a EDH como formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, promovido através da vivência dos valores [...] da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz e que deve impactar o educando para a apreensão de valores, sob os aspectos racionais e emocionais, devendo transformar-se em prática na vida das pessoas.

A EDH se apresentaria como um importante dispositivo que, por meio da educação escolar, seria capaz de fomentar uma cultura de respeito aos direitos humanos efetivos para a vida humana. Além de que, a educação está duplamente inserida na envergadura dos direitos necessários à pessoa humana, ou seja, a educação é uma categoria de direito humano fundamental para o desenvolvimento da vida e, ao mesmo tempo, pode permitir a realização de outros direitos sociais, políticos e civis na sociedade, portanto, pode ser entendida como eixo articulador dos direitos humanos, caminhando numa relação dialética ao longo de ambas as construções. Para Estêvão (2006, p. 91) [...] a educação constitui-se como um dos lugares naturais de aplicação, consolidação e expansão dos direitos humanos. Ela é uma arena de direitos e com direitos, cuja negação é notadamente perigosa para o princípio democrático da igualdade civil e política.

Portanto, os direitos humanos poderiam ser considerados o meio e o fim nos quais a EDH está engajada. Não obstante o plano normativo que orienta a política educacional sobre a EDH no Brasil esteja considerado com várias iniciativas que pretendem efetivar-se na educação básica, ou seja, de construir uma cultura de respeito aos direitos humanos, a realidade social está marcada por inúmeras violações dos direitos humanos essenciais para a vida. Mas, essa afirmação provoca questionar o que seriam os direitos humanos?

Fundamentado na formulação elaborada pela ONU é possível entender os direitos humanos conforme sua natureza, categorias e objetivos. Nestes termos os direitos humanos são aqueles inerentes a todos os seres humanos, independente de raça, nacionalidade, religião ou qualquer outra condição, incluindo o direito à vida, liberdade, trabalho, educação e muitos outros, os quais devem ser promovidos e garantidos contra ações que interferem na efetivação da dignidade humana (ONU,

1948). A produção teórica sobre o tema, sobretudo a literatura jurídica, segue esta mesma linha de formulação sobre os direitos humanos. Comparato (2013, p. 71) elabora o discurso em torno da definição dos direitos humanos ressaltando que se trata de algo [...] inerente à própria condição humana, sem ligação com particularidades determinadas de indivíduos ou grupos, e segue problematizando como reconhecer a [...] vigência efetiva desses direitos no meio social. Portanto, seriam os direitos que visariam garantir a vida e a dignidade humana de todas as pessoas, e devem ser protegidos e exigíveis pela lei. Trata-se de direito de estar vivo e ter condições de viver, de alimentar-se, de ter onde morar, de trabalhar e receber justamente pelo trabalho, de ter educação, saúde, de poder votar e ser votado, de escolher sua religião, entre outros que estão descritos na DUDH e, reiterados no Estado Brasileiro por meio da Constituição Federal (CF-88). Entretanto, analisando na perspectiva dialética, essa compreensão torna-se discrepante ao confrontá-la com a realidade marcada cotidianamente por violações aos direitos humanos que geram exclusões. Ora, se os direitos humanos se apresentam como instrumento para garantir a vida humana, se inclusive são salvaguardados por um sistema normativo de proteção internacional e nacional, por que ainda há tantas violações a esses direitos? Todas as pessoas são realmente titulares desses direitos?

Um autor que permite identificar com maior rigorismo estes conflitos é Hinkelammert, que a partir de uma abordagem histórico dialética, argumenta que diante de tanta violação seria necessário conhecer e problematizar as bases dos direitos humanos na sociedade para compreender quais seriam as reais causas de violação, o que permitiria um enfrentamento mais efetivo. Com base na compreensão teórica de Hinkelammert (2014), que insiste na historicidade dos conflitos sociais sob os quais se constituem as concepções de mundo, neste caso, no contexto da nova fase da exploração capitalista, pode-se supor que as mudanças da estratégia de dominação, sob a globalização neoliberal, modificam profundamente a compreensão dos direitos humanos, sem negá-los. Reivindicam-se direitos humanos, sob as regras do mercado.

A organização econômica teria, segundo esse autor, a capacidade de influenciar e de modificar as concepções e modo de compreender esses direitos, impactando na política e na normatização (HINKELAMMERT, 2014). A relação de mútua influência entre as condições da realidade econômica e as formas de pensar permite compreender melhor a dinâmica de elaboração dos fundamentos dos direitos humanos e da educação em direitos humanos em diversas possibilidades. Entre estas, explicita a disputa das classes e grupos sociais na configuração da EDH, na ação por vezes de colaboração, por vezes de conflito entre movimentos sociais e dos gestores públicos que elaboram as normativas. Outra dinâmica é a tensão da contradição entre a importância do debate público para a elaboração da lei por um lado e, por outro, o importante papel que a norma desempenha na elaboração dos fundamentos teóricos.

Ainda, essa relação consentiria perceber que, paradoxalmente, quanto mais se avança institucionalmente na normatização da EDH, o avanço da ideologia neoliberal

e da estratégia da globalização promoveria um deslocamento no modo pelo qual a sociedade compreende os direitos humanos e isso poderia impactar substancialmente a forma de construção normativa e, conseqüentemente a atuação na EDH. Por isso, seria necessário, conforme propõe Hinkelammert (2014) pensar as bases que fundamentam as concepções de direitos humanos, tendo como horizonte de reflexão a visão constituída após os marcos econômicos da modernidade, em especial, nas implicações da ideologia neoliberal.

Problematizar a EDH, a partir dos direitos humanos que a fundamentam, permitiria compreender se há diferentes formas de concebê-la. Portanto parece imprescindível aprofundar, de forma crítica, a discussão sobre as concepções de direitos humanos.

Para refletir sobre a efetividade dos direitos humanos parecem ser importantes os questionamentos e a problematização decorrentes das formulações emancipatórias e da realidade concreta. Percebê-los através das lutas travadas evita que a análise se limite à perspectiva idealista, como se a mera normatização e retórica, fossem suficientes para a garantia da dignidade humana. Hinkelammert (2014) sugere que a problematização dos direitos humanos ocorra a partir de sua base na sociedade, pois, ir mais além nos permitiria perceber como os direitos humanos, tal como estão atualmente presentes na normativa internacional e nacional, tiveram seu sentido teórico e ideológico modificado. Essas mudanças permitiriam que os direitos humanos fossem concebidos, sobretudo em sintonia com a interpretação dada pelo mercado. Em decorrência disso as violações e suas alternativas de superação parecem estar banalizadas, constrói-se um conceito de direitos humanos aceitando que muitos seres humanos estejam às margens da sua titularidade. Partimos da concepção de que os direitos humanos são aqueles direitos que o sujeito corporal e necessitado possui para a realização da vida humana (HINKELAMMERT, 2002). Contudo, a abstração e a aplicação desses direitos muitas vezes são instrumentos para a violação do próprio sujeito. Essa possibilidade de inversão é analisada por Hinkelammert (2002) como sendo a inversão do sentido dos direitos humanos teorizada por John Locke no século XVII, como mecanismo legitimador das práticas econômicas inglesas pautadas na escravidão africana e exploração de terras indígenas na América. Ao inverter o sentido dos direitos humanos, Locke transformou a vítima em culpado. Atualmente, a lógica da inversão dos direitos humanos e o esvaziamento do sentido dos direitos humanos (HINKELAMMERT, 2016) decorrem da estratégia de globalização capitalista, marcada pela supremacia das instituições de mercado sobre a vida das pessoas, onde os direitos das instituições mercantis impõem-se sobre os direitos essenciais à vida do ser humano.

Os artigos que compõe esta coletânea evidencia que os principais autores que têm se dedicado à discussão da FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade EDH com as abordagens adotadas não incorporam a crítica, minimamente, em sintonia com as categorias apresentadas por Hinkelammert (2002, 2010, 2014, 2016).

Nessa perspectiva, o presente livro objetiva investigar **DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, das autoras de Evanir dos Santos e Renata Souza de Lima, no artigo busca elucidar a importância da Educação em Direitos Humanos na perspectiva da educação infantil. O interesse pela temática surgiu após a participação no projeto de extensão O ECA Itinerante no ambiente Escolar: Uma introdução formativa para crianças e adolescentes em Direitos Humanos Fundamentais, que esteve em vigor durante os anos de 2016 e 2017. No artigo, **A SEXUALIDADE E SUAS ARTICULAÇÕES NO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM, A PARTIR DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS**, os autores, Solange Aparecida de Souza Monteiro, Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes de Marçal Ribeiro, buscaram análise por meio de documentação, dos conteúdos aplicados em cursos a distância com momentos presenciais, de formação de professores na área da sexualidade, verificando como estes foram elaborados e implementados.

DIREITOS DOS ANIMAIS: A INTERVENÇÃO DO HOMEM das autoras Isadora Ramos Klein e Tailan Borges, procura entender o processo ao longo da história da criação das leis de defesa aos animais e de como eram e são tratados até os dias de hoje pelo homem. Passando por pensamentos de diferentes filósofos, teremos uma análise mais clara e ampla da evolução de tal processo. No artigo **DIREITO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA OS JOVENS COM FULCRO NO ESTATUTO DA JUVENTUDE** os autores Yossonale Viana Alves e Márcio Adriano de Azevedo, investigam sobre o Estatuto da Juventude é um dos dispositivos legais do Brasil que regula a educação básica, descrevendo que essa é obrigatória e deve ser oferecida gratuitamente a todos os jovens, inclusive para aqueles que não tiveram acesso à educação, na idade adequada, conforme ditames da Constituição Federal de 1988 e da Lei n.º 9.394, 20 de dezembro de 1996. Desse modo, objetiva-se analisar o Estatuto da Juventude como instrumento jurídico regulamentador das garantias de direitos constitucionais aos jovens, de forma articulada com os indicadores educacionais oficiais, que analisam a inserção ou não desses sujeitos nos processos educativos de formação profissional, o autor procura-se analisar o **DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO LIMITAÇÃO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO**, esquecimento como limitação à liberdade de expressão em face do direito de intimidade do respeito permitiu-nos investigar sobre a dignidade da pessoa humana tutelada pelos princípios constitucionais. A vida privada da pessoa, sua privacidade e intimidade são asseguradas pela Carta Magna. No artigo **FORMAÇÃO HUMANA E AFETIVIDADE: ELEMENTOS CRUCIAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, as autoras Daniela Fernandes Rodrigues e Farbênia Kátia Santos de Moura abordam que vivenciamos um período permeado por discursos e reflexões no cenário educacional que trazem para o cerne da discussão a formação docente, investigar a prática pedagógica com ênfase na Formação Humana e Afetividade das professoras. No artigo **FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS DA INCLUSÃO**, das autoras Cândida Ivi Marcovich de Araújo, Carla Cristie de França e Denise Fetter Mold, o artigo tem como proposta possibilitar

a reflexão e contribuir com a formação continuada docente no ensino regular, no que se refere à inclusão escolar. A pesquisa teve como intuito, evidenciar a importância da formação continuada, bem como dos Serviços de Apoio no cotidiano docente escolar inclusivo.

FORMAÇÃO CONTINUADA A PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA FONOAUDIOLOGIA, da autora Ana Claudia Tenor O objetivo deste Estudo foi Identificar a Demanda Fonoaudiológica das Escolas De Educação Infantil.

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A PRÁTICA NA CRECHE: QUE ESPAÇO SUAS ESPECIFICIDADES TÊM NOS CURSOS DE PEDAGOGIA? de autoria de Juliana Lima da Silva, apresenta parte do que foi desenvolvido em sua pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com o objetivo de compreender como acontece a formação inicial para professores do curso presencial de Pedagogia da UFJF no que se refere aos saberes/fazer para atuar com a faixa etária de 0 a 3 anos. De que modo esta formação contribui para a prática de futuros professores que atuarão nas creches? No artigo a

FORMAÇÃO PARA DOCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A DISCIPLINA “METODOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL” DO CURSO CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, das autores Patrícia Larisse Alves de Sousa e Anderson Ibsen Lopes de Souza, o objetivo deste estudo foi relatar a experiência docente na disciplina “Metodologias aplicadas à educação ambiental” do curso *Convivência com o semiárido*, abordando as práticas pedagógicas adotadas, a transversalidade, os projetos interdisciplinares e a potencialidade dessa experiência para a atividade curricular docente. No artigo

GLOBALIZAÇÃO: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO COMO DETERMINANTE PARA OS HÁBITOS DE VIDA DE ESCOLARES, dos autores Márcio Barreto da Silva, Ludmila Bernardo de oliveira, Valéria Kamilla Gurgel Jales, Francisco Ferreira da Silva, que busca discutir sobre o processo de urbanização como fator condicionante a saúde e/ou hábitos de vida de escolares. Revisão bibliográfica a partir de bibliotecas virtuais. No artigo

HISTÓRIA ORAL: CONSTRUINDO CONHECIMENTOS E (RE)VENDO O MUNDO ATRAVÉS DE REMINISCÊNCIAS, dos autores Simone Ribeiro, Dileno Dustan Lucas de Souza, Darieli Daltrozo Ilha, Neste artigo os autores buscam trazer reflexões produzidas pelo grupo de pesquisa ECUS- Educação, Culturas e Sustentabilidade/UFJF no contexto de implementação de projetos de pesquisa e extensão e , ao longo do texto, abordamos aspectos históricos, teórico-metodológicos e procedimentos práticos no uso da metodologia da História Oral. No artigo

IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO NA GESTÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO A DISTÂNCIA SOB A ÓTICA DOS TUTORES DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NA UF, os autores QUIRINO, R da. Heveline Ribeiro, CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo CORREA e Denise Maria Moreira Chagas, procuram identificar os Fatores Críticos de Sucesso (FCS) da gestão da aprendizagem no ensino à distância na visão dos tutores da Universidade Federal do Ceará Virtual do curso de Administração. No artigo

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA MULHER NO JORNAL PERNAMBUCANO

ESPELHO DAS BRASILEIRAS (1831), as autoras Mônica Vasconcelos e Marcília Rosa Periotto, buscam identificar as contribuições para a constituição e elevação da figura feminina no contexto de desenvolvimento social e material do Brasil na segunda metade do século XIX. No artigo **INFLUÊNCIA DAS CONCEPÇÕES DOCENTES NA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS COM TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA**, os autores Fabio Caires de Oliveira e Maurivan Barros Pereira Buscam identificar relações entre as concepções de ensino, aprendizagem e tecnologias digitais (TD), presente nas propostas de pesquisa encaminhadas ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM) da Universidade Estadual de Mato Grosso-UNEMAT e suas possíveis influências e implicações para a prática docente. No artigo **INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA E A PEDAGOGIA HISTORICO CRITICA: UM DESAFIO E MUITAS POSSIBILIDADES**, as autoras LIMA, Erika Aparecida de Paula Silva e PINHEIRO, Bárbara Carine Soares, analisa o diálogo entre a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e a prática dos docentes de Ciências do IFBA. Foi levantado o material bibliográfico desde o Liceu de Artes e Ofícios em 1872 até o atual Instituto Federal da Bahia, que nasceu com a perspectiva de mudança do perfil da Educação Profissional da Rede Federal com a Lei nº 11.892/08. No artigo **INTENCIONALIDADE DO CURRÍCULO ANTIRRACISTA EM CONTEXTOS HISTÓRICOS DE MULHERES NEGRAS**, as autoras Agatha Leticia Eugênio da Luz e Ana D’Arc Martins Azevedo

Buscam evidenciar o currículo na perspectiva antirracista em que contextualiza historicamente sobre mulheres negras, que contribuíram/contribuem com a militância e emancipação da identidade negra, viabilizando um conhecimento de histórias negadas, silenciadas e excluídas do contexto educacional, mas que repercute cotidianamente na sociedade brasileira, em forma de racismo, sexismo e discriminação. No artigo **LEITURAS CONTEMPORÂNEAS DE ROUSSEAU: CONSTANT, VAUGHAN, TALMON OU BERLIN: DE QUE LADO ESTARÁ O VERDADEIRO PENSAMENTO DO GENEBRINO?** O autor Arlei de Espíndola, procura analisar o livro *o contrato social*, publicado por Rousseau em Paris em abril de 1762, ressalta que o trabalho que lhe notabiliza no campo do pensamento político, imprime uma forma abstrata, metafísica, que o filósofo põe-se a enfrentar o problema da relação entre liberdade e autoridade, essa uma questão bastante espinhosa que suscita polêmicas e controvérsias fazendo às vezes perder-se a orientação verdadeira de seu pensamento. No artigo **O “RETRATO” DA REALIDADE DE JOVENS ENCARCERADOS: O QUE REVELAM OS DADOS**, as autoras, Riane Conceição Ferreira Freitas, Gilmar Pereira da Silva, Crisolita Gonçalves dos Santos Costa, Ana Maria Raiol da Costa, objetivam analisar os que os índices oficiais refletem sobre questão da escolarização e profissionalização de jovens que cumprem Medidas Socieducativas (MSE), conforme determinação do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, (Lei nº 12.594/2012), como meio de reorientar o indivíduo submetido a ela, de modo a oportunizar a reparação dos danos e

promoção de processos formativos-educacionais ao jovem que infligiu a lei. No artigo **O BRINCAR NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A LIBERDADE DE CRIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**, a autora Suzy Kamylla de Oliveira Menezes tem o intuito de analisar a relação do brincar com o desenvolvimento da criança na educação infantil. O estudo é baseado na teoria de Winnicott e resulta de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Dessa forma, essa análise enfatiza a necessidade de um ambiente que proporcione condições suficientes para que a criança se aproprie do brincar como expressão de um viver criativo, que traz como possibilidade a construção da própria subjetividade e a experiência de um desenvolvimento saudável. No artigo **O CONCEITO DE PRÁXIS EM ARISTÓTELES E MARX**: um estudo sobre a importância de aliar teoria e prática na formação dos trabalhadores da educação, da autora Andréia Carolina Severo Lima. Este artigo visa apresentar uma proposição teórica acerca da *práxis* como elemento vital na formação dos/as pedagogos/as que serão aqui chamados de trabalhadores da educação com ênfase na relação indissociável entre teoria e prática postulada pelo filósofo alemão Karl Marx. No artigo **O CRAS COMO ESPAÇO PÚBLICO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA**, os autores Tayná Ceccon Martins, Rafael Bianchi Silva Buscam com este trabalho compreender a participação popular na democracia é entender o percurso histórico dessa forma de governo e como a liberdade e a ação política se relacionam no espaço público. No artigo **O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA SOB O HORIZONTE ARTICULATÓRIO DA INTERDISCIPLINARIDADE**, os autores Ieda Márcia Donati Linck, Leandro Renner de Moura, Fernanda Falconi Bastolla, o trabalho busca analisar o desenvolvimento da produção textual numa perspectiva interdisciplinar tendo como pano de fundo a proposta pedagógica do Proenem-Unicruz. Este programa institucional e social oferece a Cruz Alta – RS e região oportunidade de preparação de estudos para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) sob um horizonte articulatório, onde Redação, Língua Portuguesa e Literatura passam a fazer parte de uma mesma unidade originária, a unidade da linguagem. No artigo **O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA, ATRAVÉS DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL** da autora Luana Camila Gomes dos Santos o trabalho busca conscientizar os pais de que sua participação na educação dos filhos principalmente na educação infantil é de suma importância para o bom desenvolvimento e aprendizagem. No artigo **O ENSINO DE QUÍMICA NO 9º ANO DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA SOB A ÓTICA DISCENTE**, o autor Amílcar Célio França Pessoa, busca investigar o ensino de Química no 9º ano de Escolas Municipais de João Pessoa e suas implicações na aprendizagem sob a ótica discente. No artigo **O ENSINO EM MATO GROSSO SEGUNDO O OLHAR DO PRESIDENTE DE ESTADO DOM AQUINO CORREA**, as autoras Emilene Fontes de Oliveira e Thalita Pavani Vargas de Castro, objetivo é mostrar as representações acerca do ensino em Mato Grosso e analisar o discurso de Estado referente às normas estabelecidas na Regulamentação da Instrução Pública de 1910 que previa inovação no que diz respeito

à expansão e ao método. No trabalho **O ESPAÇO RESERVADO AO LÚDICO NA ROTINA DE TRABALHOS EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, a autora Fabiana Aparecida Gomes apresenta uma investigação das dinâmicas em uma sala de aula de uma turma que atende crianças de três a quatro anos de idade em um CMEI-Centro Municipal de Educação Infantil na cidade de Palmas/TO a fim de perceber se o conceito espaço como recurso pedagógico está presente no cotidiano da prática educativa. No artigo **O ESTUDO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SENTIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE JÖRN RÜSEN**, os autores Patricia Paes Leme, e Diogo da Silva Roiz objetiva, a partir da análise das mudanças propostas no currículo resultante da aprovação da Lei nº 10.639/03, refletir sobre as possibilidades de transformações políticas e pedagógicas daí decorrentes. Para tanto nos ancoraremos na tipologia da consciência histórica criada pelo historiador e filósofo alemão, Jörn Rüsen e em seus conceitos de formação de sentido e de aprendizado histórico.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Evanir dos Santos	
Renata Souza de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.9401904021	
CAPÍTULO 2	9
SEXUALIDADE E SUAS ARTICULAÇÕES NO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM, A PARTIR DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Gabriella Rossetti Ferreira	
Paulo Rennes de Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.9401904022	
CAPÍTULO 3	22
DIREITOS DOS ANIMAIS: A INTERVENÇÃO DO HOMEM	
Isadora Ramos Klein	
Tailan Borges	
DOI 10.22533/at.ed.9401904023	
CAPÍTULO 4	26
O DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA OS JOVENS COM FULCRO NO ESTATUTO DA JUVENTUDE	
Yossonale Viana Alves	
Márcio Adriano de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.9401904024	
CAPÍTULO 5	41
O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO LIMITAÇÃO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	
Aleff Schmid Da Luz	
DOI 10.22533/at.ed.9401904025	
CAPÍTULO 6	56
FORMAÇÃO HUMANA E AFETIVIDADE: ELEMENTOS CRUCIAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Farbênia Kátia Santos de Moura	
Daniela Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.9401904026	
CAPÍTULO 7	67
FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS DA INCLUSÃO	
Cândida Ivi Marcovich de Araújo	
Carla Cristie de França	
Denise Fetter Mold	
DOI 10.22533/at.ed.9401904027	

CAPÍTULO 8 72

FORMAÇÃO CONTINUADA A PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA FONOAUDIOLOGIA

Ana Claudia Tenor

DOI 10.22533/at.ed.9401904028

CAPÍTULO 9 80

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A PRÁTICA NA CRECHE: QUE ESPAÇO SUAS ESPECIFICAÇÕES TÊM NOS CURSOS DE PEDAGOGIA?

Juliana Lima da Silva

DOI 10.22533/at.ed.9401904029

CAPÍTULO 10 87

FORMAÇÃO PARA DOCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A DISCIPLINA “METODOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL” DO CURSO *CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO*

Patrícia Larisse Alves de Sousa

Anderson Ibsen Lopes de Souza

DOI 10.22533/at.ed.94019040210

CAPÍTULO 11 98

GLOBALIZAÇÃO: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO COMO DETERMINANTE PARA OS HÁBITOS DE VIDA DE ESCOLARES

Márcio Barreto da Silva

Ludmila Bernardo de Oliveira

Valéria Kamilla Gurgel Jales

Francisco Ferreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.94019040211

CAPÍTULO 12 109

HISTÓRIA ORAL: CONSTRUINDO CONHECIMENTOS E (RE)VENDO O MUNDO ATRAVÉS DE REMINISCÊNCIAS

Simone Ribeiro

Dileno Dustan Lucas de Souza

Darieli Daltrozo Ilha

DOI 10.22533/at.ed.94019040212

CAPÍTULO 13 117

IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO NA GESTÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO A DISTÂNCIA SOB A ÓTICA DOS TUTORES DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NA UFC

Raimunda Heveline Ribeiro Quirino

Sueli Maria de Araújo Cavalcante

Denise Maria Moreira Chagas Correa

DOI 10.22533/at.ed.94019040213

CAPÍTULO 14 127

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA MULHER NO JORNAL PERNAMBUCANO *ESPELHO DAS BRASILEIRAS* (1831)

Mônica Vasconcelo

Marcília Rosa Periotto

DOI 10.22533/at.ed.94019040214

CAPÍTULO 15	138
INFLUÊNCIA DAS CONCEPÇÕES DOCENTES NA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS COM TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA	
Fabio Caires de Oliveira Maurivan Barros Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.94019040215	
CAPÍTULO 16	144
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA E A PEDAGOGIA HISTORICO CRITICA: UM DESAFIO E MUITAS POSSIBILIDADES	
Erika Aparecida de Paula Silva Lima Bárbara Carine Soares Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.9401904026	
CAPÍTULO 17	155
INTENCIONALIDADE DO CURRÍCULO ANTIRRACISTA EM CONTEXTOS HISTÓRICOS DE MULHERES NEGRAS	
Agatha Leticia Eugênio da Luz Ana D’Arc Martins Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.94019040217	
CAPÍTULO 18	170
LEITURAS CONTEMPORÂNEAS DE ROUSSEAU: CONSTANT, VAUGHAN, TALMON OU BERLIN: DE QUE LADO ESTARÁ O VERDADEIRO PENSAMENTO DO GENEBRINO?	
Arlei de Espíndola	
DOI 10.22533/at.ed.94019040218	
CAPÍTULO 19	187
O “RETRATO” DA REALIDADE DE JOVENS ENCARCERADOS: O QUE REVELAM OS DADOS	
Riane Conceição Ferreira Freitas Gilmar Pereira da Silva Crisolita Gonçalves dos Santos Costa Ana Maria Raiol da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.94019040219	
CAPÍTULO 20	199
O BRINCAR NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A LIBERDADE DE CRIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	
Suzy Kamylla de Oliveira Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.94019040220	
CAPÍTULO 21	206
O CONCEITO DE <i>PRÁXIS</i> EM ARISTÓTELES E MARX: UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE ALIAR TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO	
Andréia Carolina Severo Lima	
DOI 10.22533/at.ed.94019040221	

CAPÍTULO 22	217
O CRAS COMO ESPAÇO PÚBLICO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA	
Tayná Ceccon Martins Rafael Bianchi Silva	
DOI 10.22533/at.ed.94019040222	
CAPÍTULO 23	228
DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA SOB O HORIZONTE ARTICULATÓRIO DA INTERDISCIPLINARIDADE	
Ieda Márcia Donati Linck Leandro Renner de Moura Fernanda Falconi Bastolla	
DOI 10.22533/at.ed.94019040223	
CAPÍTULO 24	241
O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA, ATRAVÉS DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.	
Luana Camila Gomes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.94019040224	
CAPÍTULO 25	252
O ESTUDO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SENTIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE JÖRN RÜSEN¹	
Patricia Paes Leme Diogo da Silva Roiz	
DOI 10.22533/at.ed.94019040225	
SOBRE A ORGANIZADORA	263

GLOBALIZAÇÃO: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO COMO DETERMINANTE PARA OS HÁBITOS DE VIDA DE ESCOLARES

Márcio Barreto da Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) Pau dos Ferros – Rio Grande do Norte (RN).

Ludmila Bernardo de Oliveira

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) Pau dos Ferros – Rio Grande do Norte (RN).

Valéria Kamilla Gurgel Jales

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) Pau dos Ferros – Rio Grande do Norte (RN).

Francisco Ferreira da Silva

Docente na Escola Estadual Maria Edilma de Freitas, Pau dos Ferros – Rio Grande do Norte (RN).

RESUMO: Devido ao rápido crescimento das cidades, o processo de urbanização se dá de modo desordenado. Este modelo de “novo mundo” valoriza o capital e a informação, afetando o processo saúde/doenças dos indivíduos. O presente trabalho objetiva discutir sobre o processo de urbanização como fator condicionante a saúde e/ou hábitos de vida de escolares. Revisão bibliográfica a partir de bibliotecas virtuais. Encontrou-se 100 artigos, aplicado os critérios de inclusão e exclusão, selecionou-se 20 referenciais. Percebeu-se que com um consumismo avassalador, os produtos têm ciclos de vida cada vez menores ocasionando

diversos efeitos colaterais na saúde, como estresse e doenças psicossomáticas. Outro problema do século XXI é a automedicação, também podem ser encarada como vilã quando praticada de forma indiscriminada. No atual cenário mundial, o sobrepeso e a obesidade crescem aceleradamente. A prevalência de doenças crônicas não-transmissíveis vem aumentando e entre as principais causas está a alimentação inadequada. Com tudo as pessoas seguem um ritmo de vida com múltiplas tarefas, impossibilitando tempo para realização de algum tipo de atividade física, a qual é comprovada que previne várias doenças e melhora o condicionamento físico. Diante das pesquisas realizadas, percebeu-se a importância de desenvolver um trabalho que mostrasse aos discentes como se deu o processo de urbanização e suas consequências. Entre as áreas afetadas destaca-se a saúde, mostrando a realidade na qual todos estão imersos e as possíveis atitudes que podem ser tomadas para mudar os maus hábitos.

PALAVRAS-CHAVE: Escolares; Hábitos; Saúde; Urbanização.

ABSTRACT: Due to the rapid growth of cities, the urbanization process occurs in a disorderly way. This one model of the “new world” values the capital and information, affecting the process of health / disease of

individuals. The present work aims to discuss about the process of urbanization as a factor conditioning the health and / or life habits of schoolchildren. Literature review from virtual libraries. We found 100 articles, applied the inclusion and exclusion criteria, we selected 20 references. It was noticed that With overpowering consumerism, products have declining life cycles, resulting in a variety of side effects on health, such as stress and psychosomatic illness. Another problem of the 21st century is self-medication, can also be regarded as villain when practiced indiscriminately. In the current global scenario, overweight and obesity is growing rapidly. The prevalence of chronic non-communicable diseases has been increasing and among the main causes is inadequate nutrition. With all people, they follow a life-cycle with multiple tasks, making it impossible to perform some kind of physical activity, which is proven to prevent various diseases and improve physical fitness. In the light of the research, it was noticed the importance of developing a work that showed the students how the urbanization process and its consequences occurred. Among the affected areas is health, showing the reality in which everyone is immersed and the possible attitudes that can be taken to change bad habits.

KEYWORDS: Schoolchildren; Habits; Cheers; Urbanization.

INTRODUÇÃO

A Urbanização caracteriza-se pelo processo de estruturação e desenvolvimento das cidades, estando diretamente associada ao desenvolvimento da civilização e da aplicação da tecnologia. Assim, as primeiras cidades surgiram a partir do aglomerado de pessoas com praticas de atividades econômicas como a agricultura, religiosas, políticas e tantas outras. Neste processo de surgimento dos centros urbanos, dois marcos históricos foram fundamentais: o primeiro foi a Revolução Agrícola, fundamentada pelas atividades ligadas à agricultura como, a irrigação, arar a terra e selecionar sementes; O segundo caracteriza-se pela Revolução Urbana que foi o surgimento da divisão entre a agricultura e o pastoreio.

No entanto uma terceira revolução foi de suma importância para o desenvolvimento das cidades, trata-se da Revolução Industrial, que permitiu o avanço de tecnologias e a criação de grandes fabricas e ferrovias propiciando a oferta de emprego, o que culminou no deslocamento de grandes quantidades de pessoas do campo para as cidades, o que Milton Santos veio a chamar de êxodo rural e conseqüentemente provocando uma explosão demográfica.

Devido a esse rápido crescimento das cidades, provocado pela Revolução Industrial, o processo de urbanização se dá de modo desordenado, tendo como principal produto final a desigualdade social e uma infraestrutura inadequada ou precária. O próprio Brasil é um país dos quais sofreu e/ou sofre com as conseqüências do processo de formação/estruturação de suas cidades cujo teve início por volta do século XX, a partir do processo de industrialização, culminando com a mudança do

modelo econômico da época, do agrário-exportador para o urbano-industrial.

Desse modo, o processo de urbanização no Brasil provocou uma série de consequências negativas, desde a falta de planejamento urbano a uma política econômica capitalista, que foram determinantes para a infraestrutura a qual varias cidades brasileiras apresentam atualmente e com presença eminente de problemas como: periferias desestruturadas, violência urbana, poluição, enchentes, problemas ambientais, entre outros.

Sendo assim, neste modelo de “novo mundo” onde o que tem valor é o capital e a informação, tem-se afetado substancialmente o processo saúde/doenças, em diversos aspectos, dos indivíduos, onde se ver difuso na sociedade modalidades de trabalhos exigindo cada vez mais dos funcionários rapidez, qualidade e produtividade e ainda pressionando-os a qualificar-se a todo momento, o que propicia inúmeras implicações a qualidade de vidas dessas pessoas.

Diante disso, alguns fatores se tornaram muito comuns entre os indivíduos: hábitos como tentar manter e/ou recuperar sua própria saúde (automedicação); O modo como se alimentam, baseados no que a mídia e/ou marketing, mostra exatamente o que os olhos precisam ver, são persuadidos pela beleza dos novos alimentos, porem não enxergam as adversidades que os alimentos industrializados e/ou geneticamente modificados trazem para a saúde; E os hábitos em que a população criou de cada vez mais deixar a atividade física para depois em virtude da agitação no qual o mundo se encontra. Desse modo o presente estudo tem como objetivo *discutir sobre o processo de urbanização como fator condicionante a saúde e/ou hábitos de vida de escolares.*

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada a partir das bibliotecas virtuais: *SciELO, Google Acadêmico e banco de dados da CAPES.* Como critérios de inclusão, lançou-se mão dos artigos que estavam disponíveis em versão completa para PDF, gratuito, publicados nos últimos 5 anos e que abordaram a temática do estudo, dando suporte ao que se propõe os objetivos deste trabalho. Foram excluídos aqueles referenciais cujo a partir da leitura dos títulos e resumos não se enquadraram nos objetivos do estudo.

Utilizou-se como palavras-chave para a busca: alimentação saudável, automedicação, trabalho, estresse, álcool, alcoolismo, tabaco, cigarro, ginastica laboral, atividade física. Foram encontrados 100 artigos, aplicado os critérios de inclusão e exclusão, selecionou-se 20 referenciais para fomentar as necessidades dessa pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho e suas implicações (stress, álcool e tabaco) na saúde do indivíduo/ aluno.

O trabalho é a “vida genérica ativa humana”, por consequência, é o que permite o homem construir seu mundo, objetivo e a si mesmo enquanto indivíduo, buscando a satisfação de suas necessidades. É a partir dessa linha de pensamento que critica o novo modelo de trabalho, baseado na determinação e especialização. Esse trabalho moderno em virtude da categoria da economia política, substancialmente, é o que dificulta a realização das potencialidades humanas, obrigando o trabalhador a restringir seus horizontes a um mínimo de atividades que o permite continuar existindo e, ao mesmo tempo, restringe e limita sua própria vida, isto é o que Marx veio a chamar de “alienação do trabalho” (Karl Marx, 2005 *apud* ALMEIDA, 2012).

Assim, com a supremacia capitalista dominando o mercado de trabalho, novos desafios passaram a ser impostos aos indivíduos, agora o mercado de trabalho começa a tirar o foco dos trabalhadores “especializados” e os olhares recaem sobre os trabalhadores “qualificados”. Hoje a informação é o que qualifica o indivíduo.

Desse modo, baseando-se em leituras e estudos realizados, constatou-se que a escola e a educação, no Brasil, historicamente vêm se estruturando com vistas ao atendimento das necessidades do setor produtivo em vigor, manifestando, em diferentes contextos, características semelhantes às desenvolvidas pelo sistema produtivo evidenciando com isso marcas de princípios não propriamente educacionais que levem em consideração a peculiaridades do processo ensino-aprendizagem, e sim de princípios permeados por ideologias e interesses oriundos do setor econômico, contribuindo, desse modo, para a descaracterização do papel social da escola e, por conseguinte, da educação e de seus objetivos próprios (ALMEIDA, 2012).

Mediante esse contexto, o processo ensino- aprendizagem, caracterizar-se, principalmente, pela aquisição de atividades repetitivas em grande quantidade, controladas e especializadas em um determinado tipo de conhecimento, memorização, fragmentação do trabalho, conteúdos rígidos, hierarquização, entre outros, que se tornam compreensíveis (ALMEIDA, 2012).

É em meio a esse cenário que percebe-se o quanto o capitalismo está difuso socialmente e como controla, praticamente, todos os movimentos, independentemente da posição social do indivíduo. Sendo, o mercado de trabalho um dos principais veículo do capitalismo, cada vez mais complexo em sua composição, tem exigido uma grande capacidade de adaptação dos trabalhadores, com funções exigindo maior flexibilidade e criatividade para superar os desafios que se apresentam. Com um consumismo avassalador, que vê-se hoje, os produtos têm ciclos de vida cada vez menores num mercado muito agressivo, propiciando enormes pressões nos funcionários, com efeitos colaterais na saúde, como estresse e doenças psicossomáticas.

De acordo com os médicos, o estresse é um distúrbio de ansiedade e atinge as pessoas geralmente por consequência do ritmo acelerado do mundo. Problemas do trabalho, da escola ou pessoas chegam todas ao mesmo tempo ocasionando danos físicos e emocionais para o corpo dos indivíduos. É visto que os impactos negativos do trabalho podem ocorrer em diversas esferas, sejam problemas físicos, psicológicos ou sociais. Entretanto há algumas medidas básicas que fazem toda diferença na saúde no trabalho, medidas simples como um bom plano de saúde ofertado pela empresa, se for o caso; Prática de exercícios físicos; Um profissional da área da saúde (fisioterapeuta, enfermeiro, entre outros) pode ser convidado para momentos de educação em saúde (TAVARES, 2001).

O stress advindo das formas de trabalho ou de um outro meio, pode levar a casos mais graves, como o consumo de álcool e/ou drogas/tabaco por parte do indivíduo/aluno. Como trás Tavares (2001), a partir dos anos 60, o consumo de drogas transformou-se em uma preocupação mundial, particularmente nos países industrializados, em função de sua alta frequência e dos riscos que pode acarretar à saúde. Neste sentido, estudos realizados entre escolares de 1º e 2º graus e entre estudantes universitários (2.410 entrevistados) mostram, consistentemente, nas diversas regiões do País, que as substâncias mais consumidas, alguma vez na vida, foram álcool (86,8%), tabaco (41,0%), maconha (13,9%), solventes (11,6%), ansiolíticos (8,0%), anfetamínicos (4,3%) e cocaína (3,2%). Tendo ainda uma associação positiva entre uso de drogas (exceto álcool e tabaco) e turno escolar noturno, maior número de faltas à escola no mês e maior número de reprovações escolares.

Nesta perspectiva, conforme Zaitter (1994), na maioria dos casos é possível identificar problemas emocionais, tais como relacionamento familiar abalado, conflitos internos, crise existencial e não aceitação de normas, entre os fatores de risco relacionados ao abuso destas substâncias. A curiosidade quanto aos efeitos e sensações que as drogas propiciam e o exibicionismo, visto como autoafirmação, também são fatores de risco comuns. Visto que o álcool e o tabaco são as drogas mais consumidas entre os jovens, com início de uso cada vez precoce, aumentando, de forma significativa o risco de dependência futura, o que pode provocar consequências sérias para a família, escola, socialmente e principalmente para o próprio indivíduo, pois o uso dessas drogas aumentam as chances de envolvimento em acidentes, violência sexual e participação em gangues, entre outros.

Diante disso, vê-se o quão estão interligados, trabalho com episódios de estresse, consumo de álcool e/ou tabaco/cigarro e desempenho escolar. Assim, a luta pelo combate ao uso de drogas continua, sendo sempre uma boa arma, nesta ação, reforça-se a necessidade de implementações de educação em saúde para com o público envolvido.

A Automedicação

É da natureza humana fazer o possível e o impossível para recuperar ou

manter o estado de saúde tanto física quanto psicológica e tendo isso em vista, são bastante comuns as discussões atuais sobre as formas terapêuticas utilizadas, pelos profissionais bem como pelos próprios usuários dos serviços de saúde, para prover esse bom estado. Contudo vale ressaltar que a saúde já não é mais entendida apenas como ausência de doença e sim que depende direta e indiretamente de vários fatores, compreendendo assim o indivíduo como um todo. Logo, a terapêutica deve ser norteadada por esses ideais, considerando também opções não farmacológicas.

De acordo com Pontes Junior (2008) o medicamento é uma importante ferramenta de saúde, que busca diminuir o sofrimento, deter o processo de adoecimento, em caso de doenças agudas e remissíveis, e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos portadores de doenças crônicas, adiando seus efeitos nocivos.

Neste sentido a Organização Mundial de Saúde (OMS) trás que o uso racional de medicamentos (URM) ocorre quando “os pacientes recebem medicamentos apropriados às suas necessidades clínicas, em doses e períodos adequados às particularidades individuais”. Ao mesmo tempo em que os medicamentos são os heróis do processo saúde/doença, também podem ser encarados como vilões quando consumidos de forma indiscriminada, o que por sua vez, é comum o consumo cada vez maior de fármacos pela população mundial, e que nem sempre é racional.

Segundo Oliveira et al (2012) definem a automedicação como “uma forma de autocuidado à saúde, entendida como a seleção e uso de medicamentos para manutenção da saúde, prevenção de enfermidades, tratamento de doenças ou sintomas percebidos pelas pessoas, sem a prescrição, orientação ou acompanhamento do médico ou dentista”. E resalta que essa é uma prática cada vez mais comum.

Esse uso irracional de medicamentos se dá em virtude de vários fatores que contribuem para essa prática tão nociva. São alguns deles: a venda indiscriminada desses fármacos, experiências positivas anteriores (do próprio usuário ou de algum familiar), o marketing das indústrias farmacêuticas (principalmente nas propagandas televisivas), o alto custo dos planos de saúde, o atual contexto cultural e a ampla disponibilização dos medicamentos pelos serviços de saúde (SOUSA et al., 2008).

Essa problemática que envolve a prática da automedicação é percebida a nível mundial, no entanto alguns públicos são mais suscetíveis. De acordo com Costa (2011) alguns estudos de base populacional feitos no Brasil pelo Ministério da Saúde sobre o tema apontam para um maior consumo de medicamentos entre o sexo feminino, com o aumento da idade, entre aqueles de poder aquisitivo mais elevado, entre os mais escolarizados e com maior número de doenças crônicas, entre outras categorias. E em alguns outros casos mesmo havendo acompanhamento médico há pessoas que não utilizam os medicamentos convenientemente.

Não é só a forma como utilizam os medicamentos que interfere no processo saúde/doença das pessoas, o modo como eles são estocados ou acondicionados também pode se tornar um dos vilões. Muitas vezes as pessoas utilizam fármacos que já estão com validade ultrapassada, bem como deixam em lugares não propícios

(luminosidade, umidade ou ao alcance de crianças) pode acarretar em sérios problemas de saúde para os envolvidos (LIMA; NUNES; BARROS, 2007).

Outro problema sério relacionado a automedicação diz respeito ao uso indiscriminado de plantas medicinais, que é estimulado pelo baixo custo dessas ervas, pela facilidade de obtenção e pela cultura popular, equivocada e inconsequente de pensar que se for “natural não faz mal”. E assim os comerciantes disponibilizam essas plantas para uso irrestrito da população, mas as consequências desse consumo indiscriminado adquiridas em barracas de rua muitas vezes não são conhecidas, considerando o nível de informação que tanto o comerciante quanto, provavelmente, o usuário tem a respeito da prática de automedicação com plantas medicinais. Assim uma das alternativas para coibir tal prática seria a intensificação de fiscalização com o impedimento da venda desse tipo de produto, que também é prática cotidiana (NICOLETTI, 2007).

O que se sabe é que a grande maioria das pessoas usam os medicamentos na busca pela resolutividade dos problemas de saúde que muitas vezes são resultantes de necessidades maiores. Isso implica dizer que assistência farmacêutica deve levar em consideração a determinação social do processo saúde/doença e como este decorre na vida do indivíduo sobre processos sociais, culturais, econômicos, etc. Neste contexto, o uso de medicamentos deve se apresentar como auxílio na manutenção da saúde.

A alimentação

No atual cenário mundial, o sobrepeso e a obesidade vêm crescendo aceleradamente. A prevalência de doenças crônicas não-transmissíveis vem aumentando e entre as principais causas destas doenças está a alimentação inadequada (VINHOLES; ASSUNÇÃO; NEUTZLING, 2009).

Dentre os diversos aspectos que podem atualmente ser associado a esse aumento de patologias relacionadas ao sobrepeso, são elencados os fatores comportamentais, que estão aliados primordialmente ao estilo de vida sedentário e a construção de uma alimentação abusiva de alimentos com grande quantidade energética e industrializados.

O aumento dos índices de sobrepeso e obesidade em indivíduos cada vez mais jovens é preocupante tanto para os pesquisadores quanto para os profissionais da área da saúde, uma vez que essas condições clínicas trazem sérios danos e agravos à saúde como o aumento da pressão arterial, cardiopatias, diabetes, hiperlipidemias, entre tantas outras doenças crônico-degenerativas (JOHNSON et al, 2009 apud ENES & SLATER, 2010). Como o número de adolescentes com obesidade aumentou significativamente, é notório que as doenças que até então eram comumente diagnosticadas nos adultos, passaram a ser diagnosticadas de maneira frequente em idades cada vez mais precoces (HERNANDES et al, 2010).

Ainda que seja consensual, que o aumento da prevalência de excesso de peso ocorra devido o consumo exagerado de alimentos com altos teores energéticos,

principalmente aqueles alimentos ricos em lipídios e carboidratos simples, apenas esse fato não dá conta de explicar os elevados índices de obesidade que acontecem no mundo (ENES & SLATER, 2010). Outros fatores também podem ser determinantes, como a diminuição da realização de atividades físicas (FLYNN et al, 2006 apud ENES & SLATER, 2010).

Estudos trazem a associação entre o baixo consumo de frutas e hortaliças à grande audiência de TV, configurando este como uma das maiores fonte de lazer e informação (ROSSI et al, 2010), e como o maior meio de veiculação de comerciais que possuem intenso marketing, que visa estabelecer crenças nutricionais, ações e práticas que incentivam o consumo de alimentos pouco saudáveis (FISCHER, 2005).

Percebe-se assim a necessidade da construção de uma sociedade mais sensibilizada na proposição de formar estratégias concretas e eficientes que possibilitem a modificação e adoção de estilos de vida mais saudáveis. Para tanto, visualiza a importância de um olhar mais abrangente para a comunidade escolar, com seu espaço largo de possibilidades e conscientização e mudanças de comportamento (BERNARDON et al, 2009).

Nesse contexto, a escola aparece como espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações de melhoria das condições de saúde e do estado nutricional de adolescentes e futuros adultos. Esses conhecimentos devem ser construídos de forma transversal no ambiente escolar, garantindo a sustentabilidade das ações dentro e fora da sala de aula (SCHMITZ et al, 2008).

A importância dos exercícios físicos

Com o avanço da urbanização as pessoas seguem um ritmo de vida onde tem que trabalhar, estudar e realizar as tarefas de casa, impossibilitando que os indivíduos tenham o tempo necessário para realizar algum tipo de atividade física, esta é entendida como qualquer movimento corporal produzido, pela musculatura esquelética, que resulta em gasto energético. Com isso o indivíduo precisa movimentar-se para tornar-se mais ativo e pronto para receber estímulos de exercícios mais complexos proporcionando um melhor desempenho nas funções do cotidiano, assim como uma melhor qualidade no funcionamento do organismo (CARPESEN, 1985).

Assim a atividade física é de fundamental importância para o ser humano, pois é comprovado que previne várias doenças, além de melhorar o condicionamento físico, deixando a pessoa mais relaxada e posteriormente ativa para realizar qualquer atividade. Nas condições sociais atuais, sabe-se que as pessoas passam muito tempo no trabalho e ainda, em alguns casos, tem que estudar, tendo que desempenharem tarefas com muitas repetições de movimentos, gerando grandes problemas como dores e desconfortos principalmente nos membros superiores. Para esse grupo é indicado que seja realizado sessões de 08 a 12 minutos de ginástica laboral que é destinada para a prevenção de doenças ocupacionais, estas são patologias que podem gerar problemas sérios como lesões por esforços repetitivos (LER) ou distúrbios

osteomusculares em relação ao trabalho (DORT). Para tanto, tal atividade supracitada pode ser realizada nos locais de trabalho e tem como objetivo principal melhorar a qualidade de vida do indivíduo possibilitando um melhor rendimento nas tarefas a serem desempenhadas (CODO & ALMEIDA, 1998).

Neste sentido, algumas empresas vêm aderindo à prática da ginástica laboral com o intuito de proporcionar aos funcionários um momento onde os mesmos irão sair da rotina exaustiva, movimentando o corpo de uma forma específica que melhorará a tensão, o stress e conseqüentemente ocorre um relaxamento que irá refletir durante todo o horário em que estão desempenhando essas tarefas. Tal atividade proporciona um momento em que as pessoas podem por livre e espontânea vontade exercer atividades e exercícios que estimulam o autoconhecimento e levam a ampliação da autoestima conseqüentemente propiciando um melhor relacionamento consigo, com o meio e com os outros (BARSON, 1989; SCHIMTZ, 1981).

Sendo assim, com a prática de exercícios físicos melhora o estado de espírito, mental e físico, dando uma sensação de melhor estado de saúde. Com isso a população estará mais apta a lidar com a correria do mundo capitalista, terá mais disposição para o trabalho, assim como para os estudos mantendo-se em condições conciliar os estudos a outras atividades sem praticar evasão ou seu desempenho escolar diminuir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das pesquisas realizadas, percebeu-se a importância de desenvolver um trabalho que mostrasse aos discentes como se deu o processo de urbanização e as conseqüências ou influências que foram acarretadas ao longo desse período. Entre as diversas áreas afetadas destaca-se a saúde, mostrando a realidade na qual todos estão imersos e as possíveis atitudes que podem ser tomadas para mudar os maus hábitos e como desfrutar de uma melhor qualidade de vida.

Tendo em vista os conhecimentos adquiridos no decorrer da pesquisa, almeja-se conscientizar os discentes quanto as prevenções e cuidados necessários para se ter uma vida mais saudável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.S. **A relação entre trabalho e educação no Brasil**. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa. Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5, 2012.

BASSO, A.L. **Ginástica laboral: Perspectiva de difusão no polo industrial Piracicaba**. Brasil. Trabalho de conclusão de curso, Rio claro: Departamento de educação física, Universidade estadual Paulista 1989.

BERNARDON, R; *et al.* **Construção de metodologia de capacitação em alimentação e nutrição para educadores**. Rev. Nutr. [online]. 2009, vol.22, n.3, pp. 389-398. Disponível em: <<http://www>>

scielo.br/pdf/rn/v22n3/v22n3a09.pdf>. Acesso em: 30 ago 2015.

CARPESEN, C.J; POWLL, K.E; CHISTENSON, G.M. Physical activity. **Exercise and physical fitness public health spots**, 1985. 100, 2, 126-131.

CODO, W (1998). Providências na organização do trabalho para a preservação da LER. In. W. CODO & M. C. C. G. Almeida (org). **Lesões por esforços repetitivos: diagnóstico, tratamento e prevenção uma abordagem multidisciplinar**. Petrópolis: vozes.

CORTI, A.P.O; *et al.* **Tempo, espaço e cultura**: Ciências humanas: Ensino médio: Educação de jovens e adultos.- 1.ed.-São Paulo: Global, 2013.- (Coleção Viver, aprender).

COSTA, K.S; *et al.* **Utilização de medicamentos e fatores associados: um estudo de base populacional no Município de Campinas**, São Paulo, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 649-658, abr. 2011.

ENES, C.C; SLATER, B. **Obesidade na adolescência e seus principais fatores determinantes**. Rev Bras Epidemiol; 13(1): 163-71, 2010.

FISCHER, R.M. **Mídia e juventude: experiências do público e do privado na cultura**. Cad. CEDES, Campinas, v. 25, n. 65, p. 43-58, abr.2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n65/a04v2565.pdf>. Acesso em: 30 ago 2015.

HERNANDES, F. **Obesidade: causas e conseqüências entre crianças e adolescentes**. Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 8, n. 3, p. 47-63, set./dez. 2010. ISSN: 1983-9030.

LIMA, G.B; NUNES, L.C.C; BARROS, J.A.C. **Uso de medicamentos armazenados em domicílio em uma população atendida pelo Programa Saúde da Família**. Ciênc. saúde coletiva vol.15 supl.3 Rio de Janeiro Nov. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000900026>.

NICOLETTI, M.A. **Importância do uso racional de medicamentos: uma visão pessoal**, Revista Saúde, v.1, n.1, 2007.

OLIVEIRA, M.A.; FRANCISCO, P.M. S. B.; COSTA, K.S.; BARROS, M. B. A. **Automedicação em idosos residentes em Campinas**, São Paulo, Brasil: prevalência e fatores associados. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 335-45, fev. 2012.

PONTES JUNIOR, D.M. *et al.* **A definição de medicamentos prioritários para o monitoramento da qualidade laboratorial no Brasil: articulação entre a vigilância sanitária e a Política Nacional de Medicamentos**, Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, p. 2081-2090, set. 2008.

ROSSI, C.E; *et al.* **Influência da televisão no consumo alimentar e na obesidade em crianças e adolescentes: uma revisão sistemática**. Rev. Nutr. [online]. 2010, vol.23, n.4, pp. 607-620. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v23n4/v23n4a11.pdf>. Acesso em:

SCHMITZ, B.A.S; *et al.* **A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar**. Cad. Saúde Pública [online], vol.24, suppl.2, p. 312-322, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24s2/16.pdf>>. Acesso em: 30 ago 2015.

SCHIMITZ, J.C. **Ginástica laboral compensatória**. Comunidade esportiva. N. 16,p.2-3,1981

SOUSA, H.W.O. *et al.* **A importância do profissional farmacêutico no combate à automedicação no Brasil**, Revista Eletrônica de Farmácia, Imperatriz, v.5, p. 67-72, 2008.

TAVARES, B.F; BÉRIA, J.U; LIMA, M.S. **Prevalência do uso de drogas e desempenho escolar entre adolescentes**. Revista de Saúde Pública, 35(2),150-158, 2001.

ZAITTER, M.A.B. **Drogadição: Drogas e conseqüências** (3. ed.) São Paulo, SP: Lovise, 1994.

VINHOLES, D.B; ASSUNCAO, M.C.F; NEUTZLING, M.B. **Frequência de hábitos saudáveis de alimentação medidos a partir dos 10 Passos da Alimentação Saudável do Ministério da Saúde: Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil**. Cad. Saúde Pública [online]. 2009, vol.25, n.4, pp. 791-799. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n4/10.pdf>>. Acesso em: 30 ago 2015.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-094-0

